

As feministas e o plebiscito

O CLAM publica o terceiro artigo da série Ciência e Religião na Mídia. O texto traz uma reflexão sobre os argumentos que estão em jogo no debate sobre a proposta de plebiscito sobre a descriminalização do aborto, levantada recentemente no Brasil pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Ciência e Religião na Mídia é uma iniciativa apoiada pelo [Prosare](#), sob a coordenação de Maria Teresa Citeli (Unicamp), cujo tema central é "Ciência, religião e esfera pública: conflitos no campo da sexualidade e da reprodução".

O ministro da Saúde, as feministas e o plebiscito: sim ou não, como e por que enfrentá-lo

Faz cerca de um mês que o médico sanitário José Gomes Temporão assumiu o Ministério da Saúde. Entrou em cena, já no discurso de posse, prometendo transformar o SUS em um "orgulho" para o país. Logo depois, declarou-se publicamente a favor do debate sobre a legalização do aborto, citando as 220 mil curetagens que a rede pública de saúde realiza anualmente em mulheres vítimas de abortamentos inseguros. Infelizmente, Temporão recorreu também às estatísticas de um milhão de abortos clandestinos por ano, que têm sido objeto de debate mesmo dentro do movimento de mulheres e de contestação dos grupos pró-vida.

Mas foi sua sugestão de convocar um plebiscito – a exemplo do realizado em Portugal – que chegou à grande imprensa cercada de polêmica, sobretudo porque acompanhada da aprovação, na Comissão de Constituição de Justiça do Senado, de projeto de lei que prevê a realização de cinco consultas populares sobre outros temas, como a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Toda a argumentação de Temporão a favor do plebiscito tenha sido feita partindo de um discurso de defesa do aborto como uma questão de saúde pública. Sua defesa do plebiscito desagradou profundamente tanto a Igreja Católica quanto a Frente Parlamentar em Defesa da Vida – formada depois que a Comissão Tripartite encaminhou ao Congresso anteprojeto de lei propondo a descriminalização do aborto.

No movimento de mulheres, a atitude foi de apoio ao ministro. Em relação ao plebiscito, há divergências. O principal argumento público usado contra o plebiscito foi o de que o aborto é uma questão de direito e, portanto, não deve ser objeto de consulta popular. Em carta aberta ao ministro, publicada no jornal Estado de S. Paulo, a pesquisadora Sonia Corrêa apontou para as diferenças entre Brasil e Portugal como argumento contrário ao plebiscito: "Embora uma consulta popular abra campo para que forças favoráveis à legalização dialoguem amplamente com a sociedade, essa não é uma questão que possa ser resolvida pela imposição de majorias sobre minorias. Entre outras razões, porque implica em decisão ética privada, que não deve estar sujeita a interferência do Estado. Isso explica por que na maior parte dos países em que o aborto foi legalizado isso se deu por via legislativa ou por decisão de cortes constitucionais. O resultado do recente plebiscito em Portugal deve ser comemorado, mas é preciso cuidado ao fazer analogias com o caso brasileiro".

A principal diferença, lembra ela, está no fato de que a grande maioria dos países da União Europeia tem legislações liberais. O "sistema transnacional de direitos humanos" que cobra consistência das leis nacionais teria, assim, fortalecido a posição pró-legalização no plebiscito português.

O bem-sucedido exemplo de Portugal foi evocado por Carmem Barroso, também no Estado de S. Paulo. Há 17 anos vivendo nos EUA, diretora da Federação

Internacional de Planejamento Familiar (International Planned Parenthood Federation, IPPF), há três décadas ela trabalha com as questões de gênero, do aborto e dos direitos reprodutivos. “Quero cumprimentar o ministro pela ousadia. Reações são esperadas e ele precisa comprar a briga. (...) sou a favor do plebiscito. Sei de pessoas, defensoras do direito ao aborto, que não acham o plebiscito oportuno. Mas ele leva a população a pensar sobre o assunto e a tomar uma posição. Ainda que se corram riscos, o debate é um progresso. Veja o que aconteceu em Portugal: lá teve um plebiscito e não passou. Alguns anos depois, teve outro e passou. É o processo que conta”.

Do processo a que Carmem se refere faz parte a visita do papa Bento XVI ao Brasil, pautada por uma ampla pressão contra avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo acesso aos métodos contraceptivos e legalização do aborto.

Bandeira histórica

O aborto é um tema da pauta do movimento de mulheres a partir do final da década de 1970. Desde o “nosso corpo nos pertence” já houve diversas abordagens para a defesa do direito ao aborto – uma delas, a de que se os homens engravidassem, o aborto não seria crime, foi reproduzida pelo ministro da Saúde na sua entrevista ao programa Roda-Viva, que foi ao ar na TV Cultura na segunda-feira, 16 de abril. Temporão talvez seja o primeiro homem público a defender um debate sobre aborto de forma tão consistente na política brasileira.

Na entrevista, ele reafirmou a defesa do aborto como uma questão de saúde pública. O jornalista Reinaldo Azevedo, da revista Veja, recorreu aos mesmos argumentos do jurista Ives Gandra Martins na revista Época, cujo blog da semana tem como tema descriminalização do aborto. Os ataques de Gandra à legalização do aborto são velhos conhecidos das mulheres. Tanto para ele quanto para Azevedo, haveria uma distorção se o aborto viesse a ser legalizado, enquanto a lei de proteção ambiental proíbe e considera crime inafiançável a morte de tartarugas ameaçadas de extinção.

O que pode parecer apenas bizarrice de Azevedo e Gandra deixa entrever, na verdade, uma questão relevante: a falência do discurso centrado nos direitos do ser humano em detrimento dos animais e dos recursos naturais, por exemplo. Num mundo impactado por agendas tão variadas como a proteção do meio ambiente, as manifestações multiculturais e pela ascensão dos direitos das crianças – por trás da crescente condenação à pedofilia –, a defesa da legalização do aborto como um direito carrega aspectos complexos. O direito à vida também está relativizada pelos incessantes avanços científicos que hoje permitem o descarte de embriões nas técnicas de reprodução assistida – o resultado é idêntico ao de um abortamento –, e exige nova configuração do debate sobre a legalização.

Temporão abordou a questão por um aspecto ainda pouco questionado – o da saúde das mulheres. Descriminalizar – ou retirar o véu do cinismo – seria a única forma de impedir que as mulheres continuem morrendo. O abortamento inseguro é a terceira causa de morte materna no país, lembra o ministro, num argumento que também é o do movimento de mulheres.

Quando o anteprojeto de lei que saiu da Comissão Tripartite foi apresentado no Congresso Nacional pela ministra Nilcéa Freire, em 2005, ela também esteve na mesma “roda-viva” que Temporão enfrentou segunda-feira passada. Seus interlocutores foram muito menos generosos e respeitosos com sua posição – neste ponto, idêntica à do ministro – de negar-se a declarar sua posição pessoal em

relação ao tema, o que naturalmente os desqualificaria como árbitros do debate público.

Na entrevista com Temporão, fez-se clara uma questão de gênero: jornalistas homens de um lado, jornalistas mulheres de outro, reproduzindo a mesma dinâmica dos papéis sociais destinados às diferenças sexuais. Eles atuaram contra o ministro e, portanto, contra a legalização, de forma agressiva e arrogante. Importante, ainda, ressaltar a oportunidade de ouvir o ministro declarar-se totalmente favorável à pesquisa com células-tronco embrionárias, em questão no STF depois que o ex-procurador-geral da República, Claudio Fonteles, impetrou Ação Direta de Inconstitucionalidade contra dispositivo da Lei de Biossegurança que prevê o uso destas células em pesquisas. Na sua argumentação, Fonteles afirma que a vida se dá desde a fecundação e recorre exclusivamente a fontes ligadas à Igreja Católica, embora apresentadas como científicas. Seis dos nove cientistas brasileiros citados são autores de uma obra coletiva patrocinada pela Pastoral Família, da Igreja Católica. São nomes como as professoras Elizabeth Kipman Cerqueira, representante da CNBB, e Alice Teixeira Ferreira, que integra o Núcleo de Fé e Cultura da PUC de São Paulo, e do professor Dalton Luiz de Paula Ramos, que além de pertencer ao Núcleo de Fé e Cultura, é correspondente da Pontifícia Academia Pro Vita, entidade criada pelo Vaticano. Entre os estrangeiros estão o francês Jérôme Lejeune e o espanhol Gonzalo Herranz, ambos integrantes da Opus Dei.

A ADI de Fonteles é o sinal mais claro de que os argumentos religiosos cada vez mais buscam embasar-se na ciência, o que levou o STF a convocar um debate no qual a pergunta a ser respondida por um conjunto de especialistas é: “quando começa a vida”. Entre os especialistas convidados, nove foram pessoas citadas por Fonteles e mais 17 pesquisadores ligados, de alguma forma, ao debate ético sobre o tema. O auditório do Supremo funcionou como uma espécie de prévia do debate a ser aberto na sociedade se a proposta de plebiscito seguir adiante: entre os muitos aspectos religiosos, jurídicos, éticos e de saúde em questão, parece razoável supor que a pergunta sobre o início da vida humana e os limites da sua defesa estará definitivamente em pauta.

Uma simples menção à hipótese de plebiscito já colocou o tema do aborto na ordem do dia dos jornais – na edição desta semana, a revista Época traz na capa a questão da legalização do aborto e promove debate virtual no seu blog <http://www.apolemicadoaborto.globolog.com.br/>. A proposta de plebiscito levantada por Temporão faz pensar em de que forma o “processo” na sociedade brasileira pode ser promovido de forma a fazer o debate avançar, apesar da complexidade da conjuntura nacional, profundamente influenciada pelas forças religiosas, e pela dificuldade de propor saídas para a complexidade do tema diante do cenário social contemporâneo.